

DISCURSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL. O CASO DA GALIZA.

CARLOS F. VELASCO SOUTO

Universidade da Corunha

1. O nascimento das histórias nacionais no século XIX

Existe um amplo consenso entre os historiadores na hora de nomear o século XIX como o *Século da História*, na medida em que remetem para ele (com precedentes no XVIII) as origens do conceito moderno da história e de uma prática historiográfica a mergulhar as suas raízes na confluência da Ilustração com o Romantismo liberal, na liquidação do antigo Regime e mais na edificação dos novos estados nacionais europeus e americanos de carácter burguês. Foi de mam dada com o capitalismo triunfante, com efeito, que a disciplina histórica invadiu decontado academias e universidades, passando a desempenhar um rol basilar no organigrama institucional dos estados nacionais emergentes inspirados no modelo da Revolução Francesa.

No decorrer do XIX, pois, vam-se construindo os fundamentos do conhecimento histórico tal como hoje o entendemos, a partir de um processo comum europeu assente sobre tradições nacionais diferenciadas que nom empecem a homogeneização progressiva, ao longo da centúria, de uma ciência histórica definida com substantividade e independência face às demais ciências, mesmo desde uma posição hegemónica como guia e modelo para as denominadas na altura de “ciências morais” e também do ponto de vista da profissionalização e institucionalização dos estudos históricos em universidades e academias. Esgalhada ou separada dos restantes saberes, a História expande-se amplamente pelo sistema educativo, enquanto se vertebrava como conhecimento e configura métodos próprios, assentando as bases para o seu posterior desenvolvimento como ciência e como metodologia. Neste aspecto som apreciáveis numerosos traços comuns às historiografias romântica, nacionalista liberal e historicista¹. E um dos motivos que o explicam — se

¹ Som diversas as correntes ou interpretações do passado, na base das tradições nacionais mencionadas, a conviverem durante a primeira metade do século XIX, a miúdo entrecruzando-se e alimentando um auge historiográfico que justifica a denominação de *Século da História*. Trata-se, nomeadamente, da história romântica, medievalizante, exaltadora das tradições e idiosincrasias particulares, do tipismo étnico e das grandes gestas; da história liberal e nacionalista, movida pela fé na razão e o progresso, preocupada antes de mais por justificar e propagar as conquistas da liberdade e, por isso, muito focada no passado político revolucionário e imediato; e, finalmente, o historicismo, com raízes na versão conservadora, anti-

quadra o principal— é o facto de a configuração profissionalizada do saber histórico se produzir, invariavelmente, no quadro dos novos estados nacionais. Facto nom accidental obviamente, levando em conta que, na medida em que a História se desenvolve como um saber nacional, o passado torna-se nacionalizado; é próprio presente do Estado nacional que se está a projectar para o passado². Em tais circunstâncias, o discurso dos historiadores nom podia ser senom um discurso sobre o Estado.

Já que logo, a História define-se principalmente como história política, como história nacional e como história das relações entre os estados e as nações. É sob este formato que predominará no momento da sua definitiva expansão, como saber consolidado e prestigiado, como docência que entra nas escolas e universidades para cumprir umha função de integração social e nacional³. Logicamente, era este e nom outro o tipo de história que os estavam prontos a financiar. O que resultava especialmente público e notório na Alemanha, mas nom apenas ali, pois que a necessidade de nacionalizar populações amiúdo heterogêneas e de legitimar as estruturas estatais criadas num passado recente também se faziam sentir na Inglaterra e mais na França e, por extensom, noutros países. Ao cabo, romantismo, historicismo, interpretação *whig* da história e positivismo nom deixavam de ser estratégias diferentes para um mesmo fim: a preservação da ordem burguesa emanada da comoção europeia de 1789 a 1814, consolidada em 1830/48 e posta a prova em 1870⁴.

Reflexons muito similares podem ser feitas a respeito das Histórias da Literatura. Corresponde a estas, como à História em geral, um protagonismo de primeira magnitude na afixação dos imaginários nacionais com que as burguesias dos países recém

revolucionária e anti-ilustrada do pré-romantismo e romantismo alemães. É na segunda metade do século que estas tendências se consolidam, centrando-se daquela a historiografia arredor de dous modelos que, mália partírem de premissas diferentes e mesmo antitéticas, (anti-revolucionárias no primeiro caso, liberais no segundo), acabam por confluir no ponto de chegada: o historicismo alemão e mais o positivismo anglo-francês. E é que na altura era já indiscutível a posição de segurança da História no conjunto do conhecimento, acompanhada de umha nom menor segurança no instrumental metodológico de umha crítica construída por uns historiadores europeus que, com um prestígio ascendente, chegavam a ser identificados com o espírito das sociedades nacionais europeias: Ranke, Macaulay, Michelet...

² Para umha interessante reflexão a propósito do caso espanhol, vid. PÉREZ GARZÓN, J. S. e outros (1985) e, mais recentemente, PÉREZ GARZÓN, J. S. (2000).

³ De “batalhões de elite do exército dos eruditos” tem chamado significativamente CARBONELL (1986: 116) ao conjunto formado por historiadores-professores da Universidade e arquivistas-conservadores de museus e bibliotecas.

⁴ FONTANA, J. (1982: 116). Contudo, e como este autor nom deixa de apontar, é preciso assinalarmos também que, apartir do incipiente socialismo francês e de umha tradição de radicalismo popular que se remonta aos finais do século XVIII na Gram Bretaña, foi tomando corpo progressivamente umha historiografia alternativa de cariz anti-burguês e nom vencelhada à trama institucional dos estados liberais. A conformação do materialismo histórico apartir de Marx e Engels havia contribuir grandemente ao desenrolar desta história de fasquia socialista, focada na vida da gente comum e *n’os de abaixo*, cujos frutos mais dourados chegariam com o raiar do século XX.

constituídos tentam assentar o seu modelo de dominação no novo quadro do Estado-nação. Nom por acaso salienta González-Stephan (2002:37) que

“(…) en el siglo XIX, las historias literarias, como una de las prácticas discursivas del proyecto liberal, cumplieron una función decisiva en la construcción ideológica de una literatura nacional que sirvió a los sectores dominantes para fijar y asegurar las representaciones necesarias de la urgente unidad política nacional. Así, la ‘literatura’ tuvo —de acuerdo con la concepción liberal hegemónica— la capacidad de operar sobre las condiciones materiales para hacer efectivo el progreso social, y las historias literarias representaron el lenguaje institucionalizado de los intereses de estas clases que se atribuyeron la formación de los estados nacionales”.

Bem é verdade, aliás, que dentro das diferentes literaturas reconstruídas ideologicamente polas histórias literárias nem todos os géneros apresentam igual importância. A maior ou menor relevância de uns ou de outros depende dos casos particulares, por mais que, por regra, fosse o género narrativo o destinado a exercer um influxo mais claro nos processos de *nacionalização*, ao ponto de ter sido acunhado o conceito de *novela fundacional* referido sempre ao contexto das nações emergentes⁵. E isto foi assim porque a narrativa e, dentro dela a *novela histórica* resulta especialmente ajustada para a construção de umha mítica nacional, para a apresentação de uns heróis nacionais próprios ou para a afixação de efemérides históricas muito identificativas da nação em emergência. Daí que fosse intensamente praticada neste período⁶.

⁵ Entende-se por novela fundacional (GONZÁLEZ-STEPHAN, 2002) aquela através da qual se oferece ao leitor um projecto de construção nacional, enquanto se achegam umha série de elementos conducentes a estabelecer a legitimidade da nação emergente. Vid. assimismo SALINAS PORTUGAL (2003: 241-256).

⁶ Nom imos abordar aqui a questom da novela histórica, porquanto há ser analisada em profundidade no texto teórico do Professor Salinas Portugal relacionado com este mesmo projecto de investigação. De todos os jeitos, nom é demais reproduzirmos, sequera de passagem, a interessante reflexom da professora FERNÁNDEZ PRIETO (1998), polo que tem de clarificador a propósito do rol da devandita novela histórica no quadro mais amplo da novela fundacional. Segundo esta autora, “La poética de la novela histórica se sustenta en tres rasgos constitutivos, los dos primeros de carácter semántico y el último pragmático. El primero, el más evidente y característico, es la coexistencia en su mundo ficcional de personajes, acontecimientos, y lugares procedentes de la historiografía, esto es, materiales que han sido codificados y documentados previamente a la escritura de la novela en otros discursos culturales a los que se reputa de históricos. El *facta atque infecta* de Manzoni (...) El segundo es la localización de la diégesis (del universo espacio-temporal en que se desarrolla la acción) en un pasado histórico concreto, datado, y reconocible por los lectores merced a la representación (...) de los espacios del ambiente cultural y del estilo de vida característico de la época (ciudades, edificios, costumbres, actitudes, creencias, objetos, indumentaria). (...) El tercer rasgo genérico, índice fundamental para la configuración del lector implícito, y para la propuesta del pacto narrativo propio del género, consiste en la distancia temporal abierta entre el pasado en que se desarrollan los sucesos narrados y en que actúan los personajes, y el presente del lector implícito (y de los lectores reales). La novela histórica no se refiere a situaciones o personajes de la actualidad, sino que lleva a sus lectores hacia el pasado, hacia realidades más o menos distantes y documentadas históricamente” (1998: 177-78). Nom há que esquecer, porém, “que el efecto de la realidad de la novela histórica no depende tanto de la exactitud histórica de los contenidos cuanto de las formas en que esos contenidos se transmiten, es decir, de los procedimientos narrativos de modalización, temporalización y espacialización que transforman la historia en discurso” (1998: 188).

Por outra parte, e directamente relacionado com os procesos de institucionalizaçom histórica-literária de que estamos a tratar, está o facto altamente significativo de umha boa parte dos dirigentes políticos dos movimentos de emergência nacional, tanto na Europa e América do século XIX quanto na Ásia e África pós-coloniais, terem sido quer historiadores (Thierry e Guizot na França, Sarmiento na Arxentina), quer literatos e escritores (José Martí em Cuba, José de Alencar no Brasil, Amílcar Cabral na Guiné-Bissau, Agostinho Neto em Angola, Ho-Chi-Minh no Viet-Name, Mao-Tse-Tung na China, Connolly em Irlanda, Prat de la Riba em Catalunha, Mistral na Provenza). Nem que dizer tem que tal eventualidade tem a ver com o papel decerto fulcral que a disciplina histórica e mais a literatura (nomeadamente a novela histórica mas nom só) desempenham enquanto que elemento fixador dos traços identitários e conteúdos ideológicos ligados ao novo país em construçom. Todos os autores mencionados, e muitos outros, fôrom conscientes disso. E nom foi por acaso que a literatura, na medida em que era expressada na língua nacional, se manifestasse como um elemento definitório mais, mesmo dos mais relevantes, das novas culturas nacionais.

Na Galiza, o processo de conformaçom de umha história e umha literatura nacionais galegas viu-se grandemente dificultado durante os séculos XIX e XX por umha série de factores de difícil superaçom. Contrariamente a outras naçons emergentes do contexto europeu, aquí nom havia Estado próprio nem umha classe social, a burguesia, a alicerçar o seu modelo de dominaçom numha base nacional. Já que logo, o labor de construçom tanto de umha história como de umha literatura e, em termos gerais, de umha *cultura nacional* houvo de ser acometido por um pequeno sector de activistas da intelectualidade pequeno-burguesa carente tanto de sustento económico quanto de sólido apoio social, e nom digamos institucional, para tan difícil empresa. Em tais condiçoms, a afixaçom de um imaginário nacional através de umha história e de um sistema literário presuntamente próprios e originais foi extraordinariamente lenta e dificultosa, por mais que desde pouco mais alá dos meados do XIX se encontrem já elaborados, na obra historiográfica de Manuel Murguía, o que podemos denominar de alicerces intelectuais da naçom galega e, do Rexurdimento em diante, vaia agromando paseninho umha literatura em língua vernácula consciente ou inconscientemente epigonal da longínqua tradiçom medieval. Tudo ficava nas mans do proto-nacionalismo galego integrado fundamentalmente por essa reduzida camada de intelectuais antedita, animadora das sucessivas vertentes organizativas do movimento reivindicador do feito diferencial galego (Provincialismo, primeiro, e Regionalismo despois).

Mas temos voltar sobre esta cuestión máis adiante. Antes cómpre determo-nos a analizar brevemente algúns aspectos atinentes ao mesmo proceso de construción nacional, directamente ou indirectamente relacionados con a Historia.

2. Conceitos ou teorías da nação, invención de tradicións e outras ferramentas do obradoiro de construcións nacionalitárias

Antes de máis nada reflectamos acerca do que entendemos por nação no contexto em que nos estamos a mover. A nação, do punto de vista actual, é unha realidade esencialmente contemporánea, mas tem traços configuradores que con certeza venhem de atrás, mesmo da época medieval (Thiesse, 2001: 16). Isto nom quer dizer que podamos já falar de nação nessa época; ora bem, sim que existen a língua, o carácter de un povo (*volksgeist*), o folclore, etc., elementos todos eles que serán utilizados despois na configuración das nacións. Que sejam máis valorizados esses elementos a arrincarem de atrás ou, polo contrário, se carreguem os acentos sobre a formación do propio Estado nacional nos séculos XVIII e (sobretudo) XIX, dará lugar a à contraposición dos dous tipos ou modelos teóricos de nacionalismo conhecidos no XIX e XX: o organicista (aquele que parte da premissa de a nação ser un facto obxectivo independente da vontade dos individuos, cujo paradigma é o nacionalismo alemán de Hegel, Schlegel, Fichte, etc. que, através de Murguía, impregnará o *corpus* teórico do galeguismo até hoje em día) e o liberal-voluntarista (para o que a nação é fruto da vontade dos individuos, emanado da Revolución Francesa: Sant Just, Renan, etc.), ao que poderíamos acrescentar aínda un terceiro, relacionado con o liberalismo revolucionario italiano, que vén sendo unha síntese dos dous anteriores máis que sublinhando o papel basilar do elemento voluntarista⁷.

Mais recentemente, e fora do discurso historiográfico convencional, Benedict Anderson (2000) tem formulado un novo concepto de nação altamente sugestivo a respeito da temática que aquí estamos a tratar. Para este autor, a nação é substancialmente unha comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana. É imaginada “*porque aún los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán hablar siquiera de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión*”. Pola súa vez a nação “*se imagina limitada porque incluso la mayor de ellas que alberga tal vez a mil millones de seres humanos vivos, tiene fronteras finitas, más allá de las cuales se encuentran*

⁷ As teorías da nação e tipos de nacionalismo poden consultar-se em MÁIZ (1997). A fundamentación teórica do nacionalismo galego na obra historiográfica de Murguía, em BERAMENDI (1982 e 1998) e VELASCO SOUTO (1998).

otras naciones. Ninguna nación se imagina con las dimensiones de la humanidad”. E também se imagina soberana “*porque el concepto nació en una época en que la Ilustración y la Revolución estaban destruyendo la legitimidad del reino dinástico jerárquico, divinamente ordenado*”. Finalmente, imagina-se como comunidade “*porque, independientemente de la desigualdad y de la explotación que en efecto puedan prevalecer en cada caso, la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal. En última instancia, es esta fraternidad la que ha permitido, durante los dos últimos siglos, que tantos millones de personas maten y, sobre todo, estén dispuestas a morir por imaginaciones tan limitadas*” (Anderson, 2000: 23-25).

Esta definição, até certo ponto novidosa, tem o seu interesse na medida em que vai corresponder á História e à Literatura um papel fulcral na configuração de um substrato nacional ou de um aglutinante identitário ali onde previamente nom existe nenhuma *realidade nacional* objectivável. E digo isto porque contrariamente a aqueles casos de nações, mais que nada europeias, a que aparentemente pode aplicarse a concepção organicista (caso da Alemanha), na maior parte dos processos de construção nacional de outros continentes resulta evidente que a conformação do Estado precedeu á existencia da nação, sendo possível esta última unicamente apartir de um processo de *nacionalização* empreendido com posterioridade á fundação daquele. Em tais casos, portanto, a assunção por parte dos cidadãos de um sentimento de nação comum responde em grande medida a umha invenção das suas classes dominantes. A este respeito, e faládomos em termos de história mundial, fôron as burguesías as primeiras classes a alcançar a solidariedade nacional fundamentalmente com base na imaginação. O elemento central mediante o qual se efectuou este aparente milagre foi a construção de unha língua impressa, com expressom na História (mália Anderson nom o explicitar), na literatura de criação e mais na publicística (Anderson, 2000: 68-76).

Um outro elemento importante a considerarmos aqui é a chamada *invenção de tradições*.

“Por ‘tradição’ inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm e Ranger, 1984: 9).

É claro que, por vezes, tradições em aparência muito antigas som na realidade bastante recentes, mesmo criadas do nada. A mais, o passado histórico em que é inserida umha nova tradição nom precisa ser remoto. A característica da tradição, o seu objectivo,

é ser invariável e ter umha função simbólica e ritual importante. “Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados” (Hobsbawm e Ranger, 1984: 10-13). Por outra parte, é muito interessante a utilização de elementos antigos na elaboração destas novas tradições, pois sempre pode ser encontrado no passado de umha sociedade qualquer un amplo repertório destes elementos; e sempre há umha linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Daí que chame tanto a atenção esse empenho das nações modernas por demonstrarem que estão enraizadas no passado máis remoto.

Esta invenção de tradições: fixação de efemérides nacionais, monumentos, feitos históricos de referência, etc., contribui a solidificar o sentimento nacional porque, como fica dito, é a formação dos estados que precede em numerosas ocasiões á formação das nações; e a nação é criada, inventada a partir destes elementos. Pensemos sen irmos mais longe nos países latinoamericanos e africanos. Também contribuem à *nacionalização* dos cidadãos, e nom precisamente em escala menor, o serviço militar e mais a escola (com a conseguinte alfabetização em língua vernácula a agir como elemento de nacionalização essencial), além da História oficial e, naturalmente, a Literatura.

Um outro factor decisivo na conformação dos estados nacionais, a partir das primeiras décadas do século XIX, foi a existência de classes dirigentes nacionais directamente envolvidas nesse processo, nomeadamente a burguesa nacional já anteriormente mencionada (umha classe que na Galiza faltou, o que explica a ausência de consolidação de um nacionalismo até bem mais tarde). Mais um factor seria a emergência de um sector intelectual (igualmente burguês) ao serviço do projecto de construção nacional, dentro do qual desempenharam um papel fundamental os historiadores, os literatos e inclusive os músicos. Um caso paradigmático é o francês, pois que durante o século XIX som os propios ministros e políticos a escreverem a História do país na sua qualidade de historiadores (Guizot, Thierry, Thiers, etc.). No caso galego, de que trataremos mais adiante, existíron esses historiadores e esse sector intelectual, mas desprovidos em todo o momento de apoio institucional e das elites dominantes, desde que nom houvo nem burguesia nem Estado nacionais.

Merece a pena agora deter-se um instante a salientar o rol de transcendental importância desempenhado polos intelectuais, autêntica elite *letrada*, no processo de nacionalização. Pois que a formação das nações foi preparada, em realidade, pola criação cultural das identidades nacionais, numha actividade conjunta de escritores, artistas e

eruditos que elaborárom os patrimónios culturais e simbólicos-nacionais⁸. Foi a eles, com efeito, que coubo a responsabilidade de recolher e apresentar como um todo coerente, prévia revisom interpretativa do passado, esse repertrio de elementos identitários, de que falaremos a seguir, que havia servir de suporte à consciência colectiva da nacionalidade. Fôrom eles, plenamente identificados com os interesses da classe dominante a que pertenciam, os encarregados da elaboração do discurso histórico nacional e também os obreiros do sistema literário nacional. O seu protagonismo manteve-se invariavelmente activo tanto nos contextos europeu e americano liberais, quanto nos pós-coloniais, vendo-se acaso investido de máis relevo neste último caso o papel dos literatos, por quanto a construçom de um espaço literário nacional supujo, em tais contextos, a chave de acesso dos países à sua verdadeira independência política (Casanova, 2001: 113).

Ora, a formaçom dessa comunidade imaginada que segundo Anderson (2000) constitui a naçom requer, devidamente assistida da invençom de tradiçoms a que vimos de aludir, da elaboração de umha *lista identitária*, isto é, um conjunto de elementos sem os quais um colectivo determinado dificilmente se sentiria identificado com essa espécie de ficçom que é a naçom (Thiesse, 2001: 133 e ss.). Passemos revista brevemente aos mais sobranceiros desses elementos.

Em primeiro lugar está o romance nacional (histórico), cujo modelo de referência remete para a obra de Walter Scott, largamente influente no resto dos romancistas. Este romance elabora um tipo de relato histórico através do qual familiariza e entusiasma os seus leitores com umha parte do seu passado até entom desconhecido, acrescentando-o com a achega de lendas e contos tradicionais recolhidos em compilaçoms ao jeito das de Andersen e Grimm. No caso galego, devido às particulares condiçoms de adversidade em que se desenvolveu o espalhamento da consciência nacional entre sectores amplos da sociedade, esse romance foi um tanto serôdio e nom coalhou plenamente até à publicaçom da obra narrativa de Otero Pedrayo, durante o primeiro terço do século XX (Fernández Pérez-Sanjulián, 2003)⁹.

Em segundo lugar temos o teatro, com um importante papel nacionalizador ligado ao emprego da língua nacional. Os motivos nele representados nem sempre fam referência

⁸ THIESSE (2000: 51-62), citada por Carlos Manuel FERREIRA DA CUNHA “A literatura como cultura e a cultura como literatura no Portugal oitocentista”, en *Agália*, nº 87/88, 2007, pp. 81-94.

⁹ De todos os jeitos, já durante o século XIX se constatou a ténue linha divisória existente entre narraçom histórica propriamente dita e novela histórica nos casos de Benito Vicetto e López Ferreiro, entre outros. Se no primeiro de ambos os autores achamos um historiador a introduzir elementos lendários, míticos e novelescos na sua obra pretensamente historiográfica, foi o segundo que praticou tanto a historiografia como umha narrativa de ambientaçom histórica rica em descriçom de monumentos, documentos autênticos e mais antigüidades que tinham muito de reconstruçom arqueológica do passado medieval da Galiza (VILAVEDRA, 1999: 146-147)

ao próprio país, com o fim de eludir a censura no caso dos nacionalismos emergentes mais duramente reprimidos. Antes ao contrário buscará modelos universais como a luta contra a opressão, a intolerância, a tirania ou certos privilégios. Para além disso, a construção de teatros nacionais —refiro-me aos edifícios—funcionará sempre como expressão do poder e mostra propagandística da burguesia nacional. Na Galiza o desenvolvimento do género dramático viu-se afectado pelas mesmas limitações aduzidas a respeito do romance¹⁰.

Considerações semelhantes às vistas para o teatro podem ser feitas a propósito da música alcumada de *culta*, nomeadamente a ópera. Lembre-se a este respeito o papel desempenhado pelas óperas de Verdi em Itália, de Wagner na Alemanha ou pelas sonatas do polonês Chopin no tocante à exaltação dos respectivos patriotismos. No nosso país temos também autores significados: Pascual Veiga (autor da música do hino galego), Montes ou Castro Chané, por citarmos alguns.

Também apresentam um valor evocativo importante os monumentos históricos, porquanto servem de referência para determinadas efemérides, heróis nacionais ou períodos mais ou menos brilhantes da história nacional. Daí a relevância do seu cuidado, restauração, etc. Na nossa terra temos exemplos claros no monumento aos mártires de Carral e nos de Rosalía de Castro e Curros Enríquez, símbolos político-identitários para o regionalismo e mais o nacionalismo galegos.

Relacionado com isto está a procura de um estilo arquitectónico e artístico genuinamente representativo da nação, mormente o gótico, por regra identificado com um período presuntamente esplendoroso do passado nacional qual foi o medieval. Na Galiza a arte nacional por antonomásia será a românica (até certo ponto acompanhada pela barroca), identificada precisamente com a etapa mais brilhante da história do país, a denominada de Era Compostelana ou Época de Gelmires em que a nossa nação foi autêntica *célula de universalidade*, ao dizer dos galeguistas e membros da Geração Nós, que nem por acaso voltavam os olhos cara a este período na procura das nossas mais lídimas raízes¹¹. Também merece menção a chamada letra *Nós*, elemento com uma forte carga identitária na publicística galega do primeiro terço do século XX.

¹⁰ Carecendo de uma burguesia nacional e, já que logo privado de um público culto a demandá-la, a dramaturgia de nosso só pudo desenvolver-se com certo pulo, e cumprir uma função propriamente nacionalizadora, da mam do surgimento de uma consciência diferencial expressada em termos regionalistas, primeiro, e nacionalistas mais tarde. Para a evolução histórica e caracterização do nosso teatro, vid. TATO FONTAÍÑA (1999).

¹¹ Nem há mais que ver, à guisa de exemplo, a ficcionalização deste período realizada por Ramón Otero Pedrayo no seu romance *A Romeiría de Xelmírez* ou a reivindicação da figura de Prisciliano, a um mesmo tempo herói e mito de nosso, feita por Castelao e outras figuras sinaladas do nacionalismo galego.

Desempenham igualmente umha função identitária os repertórios de usos e costumes tradicionais relacionados com o mundo do trabalho e mais com a vida quotidiana: trebelhos e labores agrícolas, danças, festas, vestidos...; bem como os de cantigas populares (por exemplo, o *Cancioneiro* de Casto Sampedro no nosso país). Um outro aspecto a destacar na Galiza é a criação dos coros populares (Tato Fontaíña, 1999).

Finalmente, umha vez recolhido e inventariado este património, é preciso conservá-lo e difundi-lo através dos museus (tanto artísticos como etnográficos) e das associações de fasia histórica e cultural, que devem ir envolvendo sectores a cada vez mais amplos da população.

Pois bem, é a partir da combinação de todos os elementos até aqui indicados que as novas nações criam um imaginário colectivo com o que os seus cidadãos se sentem identificados. Um imaginário colectivo assente, aliás, sobre bases laicas e sobre umha solidariedade identitária entre os seus membros, que daí em diante serão portadores de uns laços de lealdade para com o seu Estado nacional muito diferentes daqueles que sentiam sob o Antigo Regime (que eram de carácter político-religioso e personalizados na figura do monarca) (Anderson, 2000: 102 em diante). Agora já não são mais súbditos de um rei absoluto investido por Deus, por mais que a superestrutura política do novo modelo socioeconómico liberal-capitalista possa adoptar indistintamente a forma de governo monárquica ou republicana.

No nosso país os primeiros passos na construção deste imaginário colectivo devêrom-se, em grande medida, a umha geração de moços integrados no romantismo liberal, animadores do movimento conhecido como Provincialismo durante a primeira metade do século XIX. Mais tarde recolheria o seu legado umha segunda geração intelectual igualmente tingida de romantismo liberal, a do Rexurdimento, com importantes pontos de contacto com o Rexionalismo. Estreitamente ligado a esta última se acha o nascimento de umha moderna historiografia, encarregada de fundamentar teoricamente a condição da Galiza como nação: a representada por Verea de Aguiar, Martínez Padín, Benito Vicetto e Manuel Murguía. (Vid. *infra*).

A literatura nacional

Máxia não ser esse o objectivo deste artigo, é com certeza incontornável dedicarmos sequer umha sucinta reflexão à questão da língua e a configuração de umha literatura nacional.

Como recordará o leitor, em páginas anteriores temos salientado o facto dessa literatura ter constituído um dos esteos da conformação do imaginário nacional assumido como tal por todos os connacionais. Ora, é indubitável que a sua institucionalização requer com carácter prévio da escolha de umha língua entre várias possíveis, influenciando neste processo de selecção factores de índole socioeconómica, política ou cultural diferentes segundo o país de que se trate (Thiesse, 2001: 68 e ss.). Habitualmente, e cingíndonos ao âmbito europeu apartir da emergência nacionalitária dos princípios do século XX, a língua adoptada foi a popular¹². Isto veu favorecido, até certo ponto, pola perda de prestígio do latim como língua de cultura *universal* na Europa e o simultâneo potenciamento dos idiomas vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, tanto por parte das monarquias absolutas quanto pelas burguesias dominantes nos novos estados liberais. Assim e tudo, nom avondava com impor essa língua vernácula como língua administrativa; era preciso dar-lhe um uso que chegasse às grandes maiorias para ela servir como veículo de nacionalização dessa população. Deste jeito, foi alastrado esse idioma vernáculo para os âmbitos da escolarização, da publicística e da criação literária e científico-cultural em geral, através do que Anderson (2000: 63 em diante) tem denominado de *capitalismo impresso*¹³.

Umha vez escolhida a língua o seguinte passo é a criação de um discurso identificativo da nova nação. Este processo abrange três fases (González-Stephan, 2002: 37-39):

1. A constituição de um *corpus* empírico da produção literária na base da elaboração de catálogos de obras, bibliotecas, epitomes, dicionários, etc. Trata-se de um *corpus* dotado de umha certa organicidade cuja escolha é realizada consoante a umha determinada orientação teórica ou mesmo ideológica.
2. A elaboração de umha história da literatura nacional propriamente dita, visando o estudo e conhecimento dessa produção literária previamente seleccionada e organizada conforme a um eixo temporal; quer dizer, entendendo-a como um processo. É nestas histórias da literatura que o *corpus* previamente elaborado recebe umha ou outra sistematização e também a periodização necessária para o desenho do perfil histórico de umha literatura. Assimesmo, neste segundo passo

¹² Nom assim em contextos como o latinoamericano e o africano pós-coloniais, onde por regra foi adoptada a antiga língua colonial como factor de comunicação e homogeneização nacional, em detrimento dos idiomas autóctonos a miúdo maioritários.

¹³ Nom é por acaso que sejam os meados do século XIX o momento em que proliferam as publicações de escolmas de contos e lendas populares (Grimm, Andersen; os Kalevala na Finlândia...) com a clara finalidade de orgulhar o espírito popular e prestixiar umha língua coma que todo o mundo se sentisse identificado.

encontramos umha construçom teórica em origem, à que deven ajeitar-se as devanditas sistematizaçom e periodizaçom.

3. A institucionalizaçom de umha historiografia literária encarregada do estudo crítico, do conhecimento histórico-literário e da sua qualidade. Esta historiografia fai parte dos estudos literários (da teoria e mais da crítica) e está relacionada directamente com a filosofia da história, da que pode receber contributos substanciais. É ela que fornece um conhecimento sistemático do processo de formaçom da história da literatura nacional.

A título de exemplo, digamos que o caso das repúblicas latinoamericanas fundadas no século XIX se apresenta como um dos mais ilustrativos acerca da caracterizaçom do processo de conformaçom de um discurso literário nacional em estados-naçom emergentes, com as suas vicissitudes e problemas inerentes. Em linhas gerais cabe afirmar que o jurdimento das histórias literárias na América Latina se viu aguilhoado pola consolidaçom do Estado nacional sob a direcçom de um liberalismo conservador a propiciar umhas práticas discursivas que representárom um efeito de unidade, ainda que fosse à custa de marginalizar toda umha série de contradicçoms no tocante à heterogeneidade das manifestaçoms culturais, às tensoms campo-cidade e à luta de classes em todas as suas frentes; sem excluir a desconfiança face à modernidade *estrangeirizante* e o desprezo das culturas populares¹⁴. A imposiçom do critério das elites dominantes, por parte do corpo de letrados burgueses actuante ao seu serviço, tivo na adopçom do espanhol ou o português como única língua nacional o seu símbolo mais requintado (González-Stephan, 2002)¹⁵.

Diferente foi o caso das nacionalidades europeias emergidas no decurso dos séculos XIX e XX, ao menos no tocante à consideraçom da língua e tradiçom populares na afixaçom do discurso literário (Even-Zohar, 1994). Também, em grande medida, o dos estados africanos resultantes do processo de descolonizaçom, carentes muitos deles de línguas com autêntica tradiçom literária escrita (embora sim a possuíssem oral) e assentes sobre complexas bases sociais pluriétnicas a desaconselharem qualquer escolha de umha língua identificável com umha só etnia determinada. O fenómeno tem sido abordado em

¹⁴ Para um estudo de caso concreto, o cubano, vid. LLORENS (1998).

¹⁵ Com tudo, nom deixa esta autora de assinalar as limitaçoms inerentes a este modelo de institucionalizaçom literária próprio das burguesias latinoamericanas: “(...) las historias literarias del siglo XIX crearon un discurso necesario, pero a costa de la institucionalización de una imagen mutilada y, por consiguiente, deformada de la cultura literaria de Hispanoamérica. En cierto modo con ellos se perdió un corpus que debe ser redefinido en la actualidad” (GONZÁLEZ-STEPHAN, 2002: 228). Para o relacionamento entre actividade intelectual e poder, neste e outros contextos, BORDIEU (1999 y 2004).

profundidade na obra do professor Salinas Portugal (1994, 1997 e 1999), pelo que omito estender-me aqui sobre o particular¹⁶.

3. Galiza, século XIX. Historiografia romântico-erudita e afixação dos alicerces intelectuais da nação galega

Ao longo do segundo terço do século XIX desenvolve-se na Galiza umha corrente de historiografia romântica cujo objectivo declarado é fazer da reivindicação dos direitos históricos do nosso país o eixo vertebrador da sua obra. Para tal fim é que os seus integrantes empreendem a construção de um discurso histórico de carácter pragmático dirigido a demonstrar —e, de passagem, legitimar— a antiguidade do feito diferencial galego e mais a sua continuidade através do tempo. Tratava-se de, em definitivo, de apresentar o povo galego como portador de traços específicos que o diferenciavam nidiamente de outros povos peninsulares, nomeadamente o castelhano (Mato Domínguez, 1981).

A irrupção desta corrente romântica produziu-se num contexto dominado por umha tradição historiográfica de notável pobreza qualitativa, a contrastar com a sua avondosa produção em termos quantitativos. As razões desta pobreza nom som difíceis de adivinhar. Para começar, a galega era umha cultura oprimida, o que conlevava umha premente necessidade de auto-afirmação. Daí a reiteração dos mesmos temas, aconteceres e personagens que salfere por toda a parte os *crónicas* e mais produtos historiográficos em voga por aqueles anos. Em segundo lugar está a precariedade material do panorama histórico e cultural no nosso país. Ao contrário que noutras nações europeias mais ou menos *normalizadas*, na Galiza nom existia Estado próprio nem umha burguesia dirigente a impulsionar umha historiografia de novo tipo, sustentadora do seu modelo de dominação (a fidalguia galega, ao cabo, só queria perdurar; olhava para o passado, nom para o porvir). Quer isto dizer que o apoio institucional à prática da História era quase nulo, o que explica a ausência de historiadores profissionais até bem entrado o século XX. Ao cabo, os Murguía, López Ferreiro, Martínez de Salazar e mais outros eram, antes de mais, arquivistas por completo alheios a qualquer formação universitária especificamente histórica (Villares, 1997: 141).

Perante este panorama, e vencendo as dificuldades à força de voluntarismo, os historiadores românticos galegos propugérom-se construir umha outra História, bem mais

¹⁶ Interessantes considerações sobre a literatura em contextos pós-coloniais, assimismo, em CASANOVA (2001), VEGA (2003), ASHCROFT (1989), SAID (1990 e 2003) e BHABBA (1990).

acorde com as necessidades do presente que estavam a viver¹⁷. Assim e tudo há que esperar à publicação do primeiro volume da *Historia de Galicia* de Manuel Murguía, em 1865, para encontrarmos um autêntico salto qualitativo a respeito da historiografia anterior. E é que, sem demérito dos seus predecessores Vereia, Padín e Vicetto (coetâneo este último), o corte por eles introduzido parece referir-se mais bem à forma de escreverem e compreenderem a História, e não tanto à construção de uma disciplina histórica científica de base erudita (Mato Domínguez, 1981: 40). Também só Murguía é que dá o passo nesse sentido, inaugurando o que podemos denominar de historiografia galega moderna que, sob a sua inspiração e através do grupo de cronistas corunheses e da Real Academia Galega, desembocará com o decorrer do tempo no Seminário de estudos Galegos (Villares, 1997: 137 em diante).

Do ponto de vista metodológico, Murguía situa-se a meio caminho entre o romantismo e o positivismo. Do primeiro vêm-lhe o historicismo, o pragmatismo, o cuidado posto numa História literariamente bem escrita, a consideração das lendas e tradições populares como fontes historiográficas de inteira validade. Do segundo, a valorização do documento como fonte primordial para construção do discurso histórico e mais a atenção ao estado da questão nas ciências históricas europeias. Ora, esta metodologia cobra sentido no afazer histórico murguiano na medida em que se subordinam a um objectivo fulcral: demonstrar a existência da nação galega e, já que logo, o direito dela a defender a sua cultura e valores específicos e aspirar à autonomia política. Desta maneira, a “*mestra da vida e dos homens*” que é a História devém fundamental para explicar e encarar um presente adverso que o autor não deixa de salientar: “*Galicia es un país cuya historia nos muestra claramente que sus desgracias tienen profundas raíces y vienen de muy atrás*” (Martínez Murguía, 1865: XXXIII). E frente ao qual o historiador não pode senão posicionar-se desde o mesmo momento em que resolve empreender o seu labor.

Mas estamos a falar de Galiza enquanto que nação. O que se entende por tal na perspectiva murguiana? A este respeito há que dizer que o futuro patriarca das letras galegas participava do conceito de nação próprio de certos nacionalismos europeus do século XIX, sinaladamente o alemão. Segundo esta concepção historicista, organicista e de base étnico-cultural, a nação é um grupo humano específico, ou seja, original, único e inassimilável aos demais. A sua especificidade ou, o que vêm sendo o mesmo, a sua existência

¹⁷ Os integrantes desta fornada de historiadores, com as suas respectivas obras mais representativas, são os que seguem: José VEREA Y AGUIAR: *Historia de Galicia. Primera parte que comprende los orígenes y estado de los pueblos septentrionales y occidentales de la España antes de la conquista de los romanos*. Ferrol, 1838; Leopoldo MARTÍNEZ PAADÍN: *Historia política, religiosa y descriptiva de Galicia*. Madrid, 1849, 1 vol.; Benito VICETTO: *Historia de Galicia*. Ferrol, 1865-1874, 7 vols; Manuel MARTÍNEZ MURGUÍA: *Historia de Galicia*. Lugo, 1865-66, vols 1 e 2 (os três restantes em Madrid, 1988, 1891 e 1913).

é fruto da história, modeladora dos seus atributos exclusivos e característicos: raça língua, costumes, instituições e mentalidade colectiva. Portanto, a nação é um ser objectivo, a existir com total independência da vontade e da consciência dos seus integrantes, e de nengum modo dependente para essa existência de considerações políticas ou sociais, internas ou externas. É um ser histórico, para além de objectivo, vivo, orgânico, provido de umha alma ou espírito próprio (*volksgeist*), autêntico motor do seu evoluir que informa todas as manifestações humanas dos seus membros: mentalidade, carácter, língua, literatura popular, língua, costumes... (Beramendi, 1982: XXX-XI).¹⁸

Dito isto, é preciso levantar a seguir umha outra questão basilar: qual o produto desse processo histórico? Que é propriamente Galiza no universo intelectual murguiano? Ou, expressado de outro jeito, em que se concretizam o ser e mais o dever-ser da Galiza. Considerando que, em opinião do historiador, o nosso país possui como elementos próprios e definitórios da sua nacionalidade umha raça (a céltica com incrustações germanas, contraposta ao iberismo predominante na Espanha mediterrânea), umha língua (derivada do latim e com fonda tradição literária no medievo) um *volksgeist* (composto por traços como o sentimento de amor à terra, a *retranca*, o espírito religioso salferido de elementos panteístas, o lirismo e um longo etc.) e, mesmo, umhas instituições como a parróquia, o sistema foral, o regime de exploração da terra com base na pequena propriedade familiar ou embrions de organização política própria no passado; considerando tudo isto, digo, cabe afirmar com certeza que o ser e mais o dever-ser da Galiza som, em Murguia, os de umha nação plenamente constituída e nom os de umha região mais ou menos definida dentro de umha nação meirande¹⁹. É mesmo assim a pesar das vacilações terminológicas presentes ao longo dos seus escritos, meramente acidentais e sem maiores consequências no plano analítico²⁰.

Esta teorização que aquí sintetizamos em apertadíssimas linhas tem para o seu autor, como já foi dito, um valor instrumental. É construindo historicamente o passado da Galiza que se tenta legitimar nele aspirações presentes, nomeadamente a de umha autonomia política concebida como única via possível para resolver os problemas de índole

¹⁸ Por outro lado, a adscrição de Murguía ao historicismo é nida. Após certas dúvidas iniciais no tocante ao método a seguir, asinha *se aponta* ao de Thierry, por conservar como nengum outro “*el carácter peculiar del pueblo, de los individuos y de los sucesos*”. Referências encomiásticas a este autor, considerado como ponto de arranque de umha lídima revolução historiográfica na França —e, por extensom, na Europa— som já incluídas no prólogo ao primeiro volume da *Historia de Galicia*, mália nom ser menos rechamante a sua admiração pola obra de Alexandre Herculano.

¹⁹ Um aprofundamento nas questões arriba apontadas em BERAMENDI (1982 e 1998) e VELASCO SOUTO (1998).

²⁰ Com efeito, Murguía adoita tipificar a nossa terra como *nacionalidade*, enquanto reserva o termo *nação* para se referir a Espanha. Mas os atributos que confere à primeira som claramente caracterizadores de umha nação em sentido moderno, equiparável às que estão a emergir na altura na contorna europeia.

sócio-económica, cultural e identitário a afectar daquela o nosso país. A este respeito cabe-lhe a Murguía o mérito indubitável de ter deixado assentes os alicerces conceituais da Galiza como nação e desenhado em boa parte o *corpus* teórico do nacionalismo galego contemporâneo²¹.

Coda. A historiografia galega no trecho final do século XIX e primeiro terço do XX: de López Ferreiro ao SEG

O labor de *resgate* da identidade própria da Galiza através da construção de um discurso histórico *de nosso* iniciado com a geração romântica havia ter um prolongamento, embora desde pressupostos ideológicos totalmente diferentes, na obra historiográfica de López Ferreiro e os seus epígonos, já no trecho final do século XIX. Estabelecia-se assim umha linha de continuidade que, no primeiro terço do XX, empataria com a obra do Seminário de Estudos Galegos.

Se Murguía e os seus parceiros respondiam a um espectro social reduzido à pequena-burguesia urbana de ideias liberais avançadas na procura de coesom social em torno aos seus projectos políticos democratizadores, a obra de López Ferreiro, em opinião de Ramón Villares, vai responder historicamente a um outro contexto e um outro sector social: o composto pola Igreja, os tradicionalistas e um certo regionalismo sem conexom com a peripécia murguiana. Segundo o autor citado,

“O máis destacable na obra de López Ferreiro é, en primeiro lugar, o que significa de adianto na confluencia da ‘historia literaria’ e o traballo erudito e, en segundo lugar, a súa concepción do traballo historiográfico como algo enxergado na práctica social (semellante a Murguía, pero en sentido oposto): como un traballo necesario para xustificar o presente, cuns adubos de profundización na reivindicación da especificidade de Galicia, que son secundarios” (Villares 1997: 150)

Só que na pluma do coengo compostelano a historia deixa de ser geral da Galiza, ao jeito romântico, para se tornar monográfica e exaustiva. Dito por outras palabras, López Ferreiro enriquece consideravelmente a historiografia galega tanto polo método de traballo (transcrição e emprego sistemático de fontes originais), quanto polos resultados alcançados (grandes monografias e nom historias gerais, como se dixo)²². Com certeza nom

²¹ Nom é por acaso que o *núcleo duro* da conceitualização empregada polos formuladores principais do nacionalismo galego no século XX (Risco, R. Vilar Ponte, Castela) coincida quase na sua totalidade com desenho murguiano, em síntese *actualizadora* (no caso dos dous últimos) com elementos procedentes do federalismo pimargalliano.

²² Para além dos once volumes da *Historia da Santa Apostólica Metropolitana Iglesia de Santiago de Compostela* (1898-1911), som as suas obras mais representativas as intituladas *Galicia en el último tercio del siglo XV* (1883) e *Fueros municipales de Santiago y su tierra* (1895).

é alheio a isto o facto de o nosso autor ter sido formado na Escola Superior de Diplomática e, a mais, dispor de acesso directo aos fondos documentários dos arquivos da catedral compostelana.

Porém, é rechamante o seu desconhecimento das grandes figuras da historiografia europeia do seu tempo, fora de referências dispersas a Alexandre Herculano, Fustel de Coulanges ou L. M. Duchesne. Se quadra é por isso mesmo que López Ferreiro nom pode ser considerado, em rigor, um historiador positivista. E é que, mália as citas de Fustel (considerado paradigma dessa corrente na segunda metade do XIX), em certa medida “*ultrapasa o limiar positivo do documento para lle dar un contido de ‘filosofía da historia’ á sua obra*” (Villares, 1997: 155). De maneira que em última instância acaba por entender a História, o mesmo que os românticos mas de umha perspectiva oposta, com umha actividade estreitamente ligada à prática social. Qual prática social no seu caso? Pois a de possibilitar o câmbio social em sentido reaccionário, isto é, cara à recuperaçom da velha comunhom Deus-Pátria-Rei própria dos tempos idos em que se fundamenta o seu credo político de clérigo carlista.

Imbuído deste espírito, nom surpreende que o coengo e arquivheiro diocesano estendesse o seu afazer criativo, com um idêntico aquel de intervençom social, ao âmbito da literatura, nomeadamente a um género como o da *novela histórica* tam apto para a afixaçom dos traços identitários do país de referência (nesta caso, a Galiza)²³. De todos os jeitos cómpre clarificar, como já se tem sugerido numhas linhas mais para trás, que o fim primordial da sua obra, quer historiográfica, quer literária, nom era tanto reconstruir e dar a conhecer o processo de formaçom histórica da Galiza como povo diferenciado (pola sua etnia, língua, costumes, tradiçoms, etc.), quanto amostrar o funcionamento de umhas instituiçoms que, embora ultrapassadas ou desbotadas polo tempo (a Igreja, a monarquia tradicional, o senhorio eclesiástico sobre terras e gentes...) ele continuava a considerar ainda ajeitadas e merecentes de reivindicaçom.

De resto, a influêcia historiográfica de López Ferreiro foi escassa; bem inferior, poderíamos dizer, à qualidade da sua obra. De entre os seus continuadores apenas cabe mencionar, num plano muito secundário e em absoluto renovador, o grupo compostelano integrado polos clérigos Eladio Oviedo y Arce, Couselo Bouzas, Portela Pazos, Jesús Carro e Paulino Pedret, para além de B. Cañizares, A. García Conde e F. Vázquez Saco em Lugo e Xesús Ferro Couselo em Ourense (Villares, 1997: 157-158).

²³ A sua incursom neste género, do que foi iniciador na literatura galega em opiniom de Aurora MARCO (1981: 12), deu como fruto três romances: *A tecedeira de Bonaval* (1894), *O castelo de Pambre* (1895) e mais *O niño de Pombas* (1905).

A superaçom da obra individual e os primeiros passos na formaçom de umha escola histórica galega tivérom que aguardar à criaçom do Seminário de Estudos Galegos em 1923. O labor desenvolvido por esta instituiçom fazia parte de um vasto e ambicioso projecto de *uropeizaçom* e posta ao dia da cultura galega promovido pola que foi umha das geraçoms intelectuais mais fecundas da história do país, a *Geraçom Nós*, sendo um dos seus traços distintivos a potenciaçom do trabalho em equipa de umha perspectiva interdisciplinar.

De acordo com estes pressupostos de partida, o Seminário impulsionou umha nova conceiçom da História, se calhar “*demasiado influída pola escola histórica alemana, pero que se adapta moi ben ás necesidades da investigación histórica de Galicia. Segundo esta concepción, a Historia non é a ciencia que estudia os grandes homes, senón as agrupacións naturais dos homes: os pobos e as nacións*” (Villares, 1997: 161). Estas agrupaçoms possuem alma colectiva, cuja expressom nom é outra que a cultura. Quando um povo é quem de produzir umha cultura diferenciada é que é um povo histórico.

Nom nos recorda isto em certo senso a Murguía? Com efeito. Mas nom esqueçamos que o espírito fundacional do SEG se acha em grande medida inspirado por umha geraçom intelectual estreitamente vencelhada ao emergente nacionalismo galego. Lógico é, portanto, que torne aos alicerces conceituais primigénios da naçom galega contemporânea. Isso sim, nom sem antes recolher os frutos da tradiçom historiográfica anterior tentando ir para além dela mediante a incorporaçom de umha focagem estrutural do passado galego. É por isso que, a carom do impulso das pesquisas em etnografia, lingüística, pré-história e ciências naturais, os homens do Seminário dedicárom também esforços aos trabalhos em paleografia e diplomática, à publicaçom de fontes e organizaçom dos arquivos²⁴. Toda umha magna obra com um fim bem definido: umha vez mais, o resgate ou recuperaçom da identidade de um povo oprimido visando sustentar um projecto político de autoorganizaçom e libertaçom dos seus habitantes.

4. Breves apontamentos sobre literatura nacional e discurso histórico-identitário na Galiza

A funçom de contributo à conformaçom de um imaginário nacional (e social) galego conscientemente assumido por alguns assinalados representantes do nosso sistema literário nom é de tudo novidosa. Antes ao contrário, conta atrás de si com umha longa

²⁴ Além da monografia de conjunto *Terra de Melide*, os trabalhos sobre etnografia de Vicente Risco e (tempo despois) Xoaquín Lourenzo, as investigaçoms em pré-história e arqueologia galega da mam de López Cuevillas e Bouza Brey, ou a inconclusa *Historia de Galicia*, publicada sob direcçom de Otero Pedrayo bem anos despois (1962 em diante) mas elaborada consoante ao mesmo espírito do Seminário, paga a pena lembrar aquí a publicaçom de fontes como o *Códice Calixtino* e mais a *Crónica Galega de Iria*.

tradição que remete, ao menos, para a segunda metade do século XIX e que, alcançando o seu ponto culminante durante o primeiro terço do XX (especialmente na etapa republicana, 1931-1936) teria depois continuidade, em condições já bem menos favoráveis, sob o franquismo. Seria a restauração democrático-liberal monárquica, após 1975/77, que gerasse um quadro político e intelectual propício para os nossos escritores retomarem e aprofundarem nessa tradição, por vezes posta ao serviço da (ou relacionada com a) reivindicação dos direitos da Galiza como nação, embora aberta a uma maior amplitude temática e também aos ventos de renovação da narrativa procedentes de outras latitudes da Europa e do mundo. E eis que recente revisão do passado pré-democrático tem fornecido novas razões e novos materiais para a literatura galega brilhar com luz própria nessa angueira colectiva de reconstrução da memória identitária de nosso.

Deixando agora de lado alguns precedentes decimonónicos, relevantes quer por fazerem da escolha do galego como língua literária um traço definatório da nossa cultura diferenciada (Marcial Valladares, López Ferreiro, Rosalía de Castro), quer por abordarem como matéria literária episódios mais ou menos significados da nossa história (López Ferreiro, Vicetto), ou mesmo por terem elaborado quadros de costumismo rural reconhecíveis como conotativos do nosso *volksgeist* ou ser colectivo (Lamas Carvajal, Aureliano Garcia Pereira, Labarta Posse, Benito Losada, Leiras Pulpeiro e um longo etcétera); deixando todos estes autores e mais à margem²⁵, digo, é sem dúvida Ramón Otero Pedrayo (1888-1976) a figura de referência basilar para qualquer abordagem do labor de ficcionalização da história nacional galega através do género do *romance histórico*. Nenguma outra obra narrativa de autor galego apresenta, em medida comparável, um carácter tão nitidamente *fundacional*, entendendo por tal “*aquel tipo de escrita orientada a definir, proclamar ou divulgar as formas da identidade nacional*” ou, o que vem sendo o mesmo, “*aquelas [novelas e mais narrações] a través das que se apresenta un proxecto de construción de nación, aquelas que proxectan un ideal histórico ou social destinado a establecer a lexitimidade dunha nación emerxente*” (Fernández Pérez San Julián, 2002: 17 e 35)²⁶. E, nom por acaso, foi o compromisso de quem anos mais tarde seria considerado *patriarca das letras galegas* com o processo de construção da sua nação que tornou os seus romances num perfeito exemplo de translação ao campo literário do discurso nacionalista do primeiro terço do século XX.

²⁵ Merecem também ser mencionados, entre outros, os cultivadores do género dramático em língua galega, tanto os situados de a cavalo entre os séculos XIX e XX (como Galo Salinas), quanto os enquadráveis no período das Irmandades da Fala e a Geração Nós: Luguís Freire, Vilar Ponte, Cabanillas, Cotarelo Valledor, Carré Aldao, Quintanilla...

²⁶ Sobre o conceito de romance fundacional vid., assimismo, SALINAS PORTUGAL (2003: 241-256). Para o papel do romance histórico no quadro da novela fundacional, FERNÁNDEZ PRIETO (1998: 177-196) e AINSA (1997: 111-121).

Com posterioridade à II República, outros autores têm recolhido parcialmente na sua narrativa elementos identitários e/ou relacionados com a história do país mas desprovidos, por regra, da visom e intençom totalizadoras da obra do mestre, cujo peculiar e inimitável estilo literário, aliás, careceu praticamente de continuadores na geraçom a seguir. Tratava-se, nuns casos, de breves traços, alusons ou pinceladas espalhados aquí e acolá no meio da trama do relato e, noutros, os mais afortunados, de construçons narrativas mais sólidas —embora escassas e descontínuas— com mentes de manter viva a chama do recordo, da memória esvaída, ou brutalmente esborrada, de um passado relativamente próximo que cumpria reivindicar. Decerto o contexto ditatorial nom permitia ir muito máis alá, salvo na produçom literária elaborada ao abrigo da emigraçom ou o exílio.

Umha excepçom cabe assinalar, porém, a esta regra vigente na Galiza *interior*: a do escritor Xosé Luís Méndez Ferrín, nascido em 1938. A obra deste autor, militante activo no nacionalismo galego e mais na resistênciã clandestina ao regime de Franco, aparece concebida em grande medida —nom unicamente, é claro — como umha alegoria da naçom galega submetida e emergente, num exercício de permanente intertextualidade em que lugares e personagens carregadas de simbolismo som transferidas de uma novela para outra, resgatadas e reutilizadas em diversos momentos como que fazendo parte de um vasto conjunto narrativo desenhado com pretensom de totalidade, isto é, como se tratando de umha única obra.

Para além disso o escritor tivo mesmo a ousadia, em plena época da Ditadura, de compendiar numha obra singular e específica tanto os principais traços identitários da naçom galega quanto o essencial das propostas políticas, mitos e ideologemas próprios do nacionalismo galego do pós-guerra. *Regreso a Tegen Ata* (tal é o título do relato, escrito numha das estadias do narrador na cadeia, em 1972) nom é com certeza umha das novelas de mais valia de Méndez Ferrín mas, como acontece a miúdo nos processos de ficcionalizaçom literária em países emergentes, apresenta o valor de ter contribuído de maneira decisiva, num contexto sócio-político bem difícil, a suprir a carênciã de umha historiografia que abordasse os factos nela narrados, ao tempo que afondava na procura de afirmaçom de um referente colectivo para Galiza enquanto que comunidade historicamente determinada (Leira Lugrís, 2007: 22). De resto, dir-se-ia que o magistério precursor de Otero Pedrayo (autor muito estimado por Méndez Ferrín) lateje um pouco por toda a parte nesta interessante peçã narrativa, cujo pano de fundo se situa na ruptura geracional experimentada polo nacionalismo galego durante a década de sessenta, em que o próprio

autor se viu activamente envolvido. Aspecto, este último, acerca do qual a novela tem deixado um testemunho indelével —por mais que ficcionalizado e em chave simbólica— para as gerações futuras.

Seja como for, nom podemos encerrar este apartado sem fazermos menção dos importantes contributos do nosso discurso literário sobre a memória histórica à construção de um imaginário nacional e social galego, quer de umha perspectiva estritamente identitário-nacionalitário, quer do ponto de vista das identidades de classe e mesmo de género. Umhas contribuições que, com sólidos precedentes já na noite franquista, tanto na Galiza interior quanto a de além-mar, desenvolveriam toda a sua potencialidade apartir da reinstauração da democracia política, e muito especialmente de uns anos a esta parte, desde propostas estéticas bem diferenciadas. A questom tem muita miga e dá avondo para falar... Mas ainda ficam outros assuntos para abordar e nom é cousa de alongarmos excessivamente este trabalho, polo que nom tenho outro jeito que remitir ao leitor interessado a estudos concretos sobre o particular (Velasco Souto, 1996 e 1998; Thompson, 2009).

Valham estas breves notas, em qualquer caso, para melhor resaltarmos a utilidade e senso da oportunidade do projecto de investigação *Narrativa, Discurso Identitario e Construcción da Identidade na Galiza* em que este texto se insere, na medida em que entre os seus objectivos se encontram dous tam ambiciosos como o de configurar um *corpus* ou inventário de textos literários baseados na ficcionalização da história do nosso país, e elaborar umha proposta de paradigma interpretativo para a narrativa galega de carácter histórico susceptível de ser contrastado noutras literaturas de características semellantes.

A literatura galega, umha literatura emergente.

A existência de autores, obras e atitudes no plano da escrita como as até aqui resenhadas ponhem sobre o tapete umha questom em que é preciso deter-se sequera um pouco, levando em conta que constitui um ponto de partida inexcusável para o desenvolvimento do projecto de investigação arriba aludido. Refiro-me concretamente à consideração da literatura galega como emergente.

Entendemos que a Galiza, em tanto que naçom em construção com aspirações mais ou menos explícitas à constituição de um Estado próprio e dotada de umha cultura de seu, actualmente em situação de *minorização* ou subalternidade a respeito da cultura dominante no Estado de que fai parte, participa de muitos dos traços característicos do que em termos genéricos se chama de contextos nacionais emergentes, aplicados comunmente

a países da órbita pós-colonial. Ítem mais consideramos existirem fondas similitudes tanto no que di respeito ao desenrolo dos processos literários produzidos em tais contextos quanto aos discursos ideológicos e quadros interpretativos empregados polas elites/vanguardas nacionalistas para induzir nos seus concidadáns um sentimento de pertença à comunidade nacional e identificação com ela. Razons polas quais cabe aplicar ao nosso sistema literário —de dimensons ainda bem modestas comparativamente a outros, muito mais consolidados e com a força de todo um Estado nacional a sustentá-los— o mesmo aparelho conceitual e ferramentas analíticas com que habitualmente é abordado o estudo de literaturas como as latinoamericanas dos finais do século XIX, as africanas contemporâneas e ainda outras.

Nom é este o momento nem o lugar para pormo-nos a descrever em toda a sua complexidade os processos de configuração de uns sistemas literários postos ao serviço da construção da nação. Mas é de conhecimento geral a importância neles revestida por factores como a escolha de umha língua (Thiesse, 2001: 68 em diante; Salinas Portugal, 1999: 29-34), a dirigência das elites letradas e a própria conformação de um cânone em que sustentar umha história da literatura nacional (González Stephan, 2002: 211 em diante)²⁷. De qualquer jeito é perceptível em todos esses procesos a existência de umha interacção constante entre História e narrativa ficcional, ao ponto de terem caminhado juntas sem que seja fácil estabelecer umha linha de demarcação nítida entre ambas. Ora, enquanto o discurso histórico deve ficar assente no *pacto de veracidade* [ou *veridicção*] (em virtude do qual o receptor espera o contado no texto ser verdade), o discurso narrativo, pola sua vez, acharia-se articulado apartir do *pacto de ficcionalidade* (onde o receptor procura que o possível e o verosímil se realizem dentro do *córpus* textual) (Fernández Prieto, 1998: 38-41; Ainsa (1997: 116).

No entanto, e à margem do dito, nom pode ser ocultado o facto de a institucionalização do sistema literário galego topar na actualidade com grandes atrancos derivados, entre outras razons —e em ausência de um Estado nacional próprio, embora exista um poder autónomo galego—, da inevitável subalternização da nossa cultura, da fraqueza da consciência nacional e baixa auto-estima da nossa sociedade e da prática impossibilidade de se desenvolver em condições de normalidade umha produção literária que, seja qual for a sua qualidade, nom goza do favor da institucionalidade cultural oficial (espanhola e espanholizante) nem do seu aparelho de promoção e propaganda, muito

²⁷ Infelizmente nom dispomos ainda, para o caso galego, de um estudo das características do de FERREIRA DA CUNHA (2002) para o sistema literário português. Acerca dos critérios para a fundamentação de umha nacionalidade literária, vid. CRISTOVÃO (1981: 364-372).

zeloso de priorizar a todo o custo a cultura *nacional española* por antonomásia, quer dizer, a expressada em língua castelhana.

De maneira que as oportunidades para a abertura de um *espazo público galego* (González Millán, 1995) se vêem claramente reduzidas²⁸, se umha açom conjunta, e enérgica, por parte do poder público autónomo e a própria sociedade civil nom o remediar num prazo razoável...

Consideraçom final

Em rigor, qualquer análise sobre o relacionamento entre literatura nacional e discurso histórico-identitário, no caso galego, deve ir acompanhada de um aparelho conceptual destinado a esclarecer e debulhar todo um conjunto de aspectos basilares sem os quais nom é concebível falarmos sequer de umha literatura ou um sistema literário galegos. É nesse contexto que cómpre tomar em consideraçom propostas como a de *espazo e contraespazo público* ou *protossistema* a que temos feito referênciam há apenas um instante; como também a discussom em torno à configuraçom de um cânone para a nossa literatura, e mesmo a estratégia a adoptar na hora de abordarmos assisadamente o seu estudo sem fazer abstracçom das circunstâncias de excepcional dificuldade em que ela se desenvolveu e desenvolve (fruto da dependênciam política e cultural, por nom falarmos abertamente de colonizaçom, da formaçom social galega a respeito do Estado Espanhol) (Rodríguez Sánchez, 1990). Seria, pois, aconselhável fazer aquí umha demorada exposiçom em tal sentido a fim de situarmos ajeitadamente a questom medular apontada no quarto e último epígrafe deste artigo no quadro teórico que lhe é próprio.

Considero, porém, nom ser a pessoa mais indicada para o acometimento desse labor, dada a minha condiçom de historiador profissional e nom de filólogo nem teórico da literatura, e devo portanto limitar-me a levantar as questons anteditas (nom fazê-lo poderia ser mesmo irresponsável) remetindo umha vez mais o leitor para os especialistas competentes. Para além do mais, avonda extensom tem já este trabalho como para complicarmos ainda mais a sua leitura com um excesso de páginas que, aliás e polas razons anteditas, ultrapassariam largamente as minhas destrezas profissionais.

²⁸ Outros autores preferem falar de *protossistema literário galego* (TORRES FEIJÓ, 2002: 31), partindo da noçom de *sistema* de EVEN-ZOHAR (1990). Para as questons concernentes à relaçom da literatura com a identidade nacional e os campos sociais é imprescindível a obra de FIGUEROA (2001).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSA, F. (1997): “Intervención literaria y ‘reconstrucción’ histórica en la nueva narrativa latinoamericana”, en K. Kohut (ed.): *La invención del pasado. La novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt, Vervuert, pp. 111-121.
- ASHCROFT, B. e outros (1989): *The Empire Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial literatures*, Routledge, Londres e New York.
- BERAMENDI, J. G. (prol.) (1982): Manuel Murguía, *Galicia*. Vigo, Xerais.
- BERAMENDI, J. G. (1998): “Murguía e os alicerces da nación galega”, en VV.AA., *Volver a Murguía*, A Nosa Terra, Vigo, pp. 7-13.
- BHABHA, H. (1990): *Nation as Narration*, Routledge, Londres, New York.
- BOURDIEU, Pierre, *Intelectuales, política y poder*, Eudeba, Buenos Aires, 1999.
- BOURDIEU, Pierre, *O campo literario*, Lialto, Santiago de Compostela, 2004.
- CARBONELL, (1986), Ch. O.: *La Historiografía*. México, FCE.
- CASANOVA, P. (2001): *La República mundial de las Letras*, Anagrama, Barcelona.
- CRISTÓVÃO, F. (1981): *A Literatura como Sistema Nacional*. Braga, Livraria Apostolado de Imprensa.
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): “Polisystem Theory”, en *Poetics Today*, nº 11, pp. 7-92.
- EVEN-ZOHAR, I. (1994): “La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa”, en Darío Villanueva (ed.), *Avances en Teoría de la Literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 357-377.
- FERNÁNDEZ PÉREZ SAN-JULIÁN, C. (2003): *A construción nacional no discurso literario de Ramón Otero Pedrayo*, Concello de Pontevedra e Fundación Caixa Galicia.
- FERNÁNDEZ PRIETO, C. (1998): *Historia y novela. Poética de la novela histórica*. Pamplona, EUNSA.
- FERREIRA DA CUNHA (2002): Carlos Manuel, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- FERREIRA DA CUNHA (2007): “A literatura como cultura e a cultura como literatura no Portugal oitocentista”, en *Agália*, nº 87/88, pp. 81-94.
- FIGUEROA, A. (2001): *Nación, literatura, identidade (Comunicación literaria e campos sociais en Galicia)*. Vigo, Xerais.
- FONTANA, J. (1982): *Historia. Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Crítica.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (1995): “O discurso literario galego e a configuración dun espacio público nacional no primeiro tercio do século XX. Un marco de reflexión” en Arturo Casas. (coord.): *Tentativas sobre Dieste*. Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 13-27.

- GONZÁLEZ-STEPHAN, B. (2002): *Fundaciones: canon, historia y cultura nacional. La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*. París/Frankfort, Iberoamericana-Vervuert.
- HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (1984): *A invenção de tradições*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- LEIRA LUGRÍS, M^a J. (2007): “Discurso identitario e construcción nacional en *Retorno a Tagen Ata* de Xosé Luís Méndez Ferrín”. Trabajo de curso realizado dentro do programa de doutoramento *Literatura e construcción da identidade na Galiza*. Universidade da Coruña.
- LLORENS, I. (1998): *Nacionalismo y literatura. Constitución e institucionalización de la “república de las letras cubanas”*, Universitat de Lleida.
- MÁIZ, R. (1987): *A idea de nación*, Xerais, Vigo.
- MARCOA, A (pról.)(1981): Antonio López Ferreiro, *O castelo de Pambre*.A Corunha-Sada, Eds. do Castro.
- MATO DOMÍNGUEZ, X. A. (1981): *Historiografía y nacionalismo. La construcción histórica de Galicia por los historiadores gallegos del siglo XIX y primer tercio del XX*. Universidade de Santiago, Tese de licenciatura inédita.
- PÉREZ GARZÓN, J. S. e outros (1985): *Historiografía y nacionalismo español, 1834-1868*. Madrid, CSIC.
- PÉREZ GARZÓN, J. S.(2000): *La gestión de la memoria: la historia de España al servicio del poder*. Barcelona, Crítica.
- RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Francisco, *Literatura Galega Contemporánea (problemas de método e interpretación)*, Edicións do Cumio, Vigo, 1990.
- SAID, E. W.(1990): *Nationalism, Colonialism and Literature*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- SAID, E. W.(2003): *Orientalism*. London, Penguin Books.
- SALINAS PORTUGAL, F. (1994): *Rosto Negro. O contexto das literaturas africanas*. Santiago de Compostela, Laiovento.
- SALINAS PORTUGAL, F. (1997): *O texto nas margens. Ensaio de literaturas em língua portuguesa*. Santiago de Compostela, Laiovento.
- SALINAS PORTUGAL, F. (1999): *entre Próspero e Caliban. Literaturas africanas de língua portuguesa*. Santiago de Compostela, Laiovento.
- SALINAS PORTUGAL, F. (2003): “Emerxencia literaria e construcción nacional: o romance fundacional”, em M^a do A. Tavares Maleval e F. Salinas Portugal (orgs.): *Estudos Galego-Brasileiros*. Rio de Janeiro, pp. 241-256.
- TATO FONTAÍÑA FONTAÍÑA, L. (1999): *Historia do teatro galego*, A Nosa Terra, Vigo.
- THIESSE, A. M.(2000): “Des fictions créatrices: les identités nationales”, en *Romantisme. Revue du dix-neuvième siècle*, n° 110, pp. 51-62.
- THIESSE, A. M. (2001): *La création des identités nationales*, Seuil, Paris, 2001.

- THOMPSON, J. (2009): *As novelas da memoria: trauma e representación da historia na Galiza contemporánea*. Vigo, Galaxia.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2002): “Como sair do cerco. A legitimación galeguista da Literatura Galega por Carvalho Calero e a génese da súa centralidade no campo da crítica literaria”, em T. López e F. Salinas (eds.): *Actas do Simposio Ricardo Carvalho Calero Memoria do Século*. A Coruña, Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña e Asociación Sócio-Pedagóxica Galega.
- VEGA, M^a J. (2003): *Imperios de papel. Introducción a la crítica postcolonial*, Crítica, Barcelona.
- VELASCO SOUTO, C. F. (1998): “Murguía historiador”, en VV.AA., *Volver a Murguía*, A Nosa Terra, Vigo, pp. 18-23.
- VELASCO SOUTO, C. F. (2006): “A memoria como elemento sustentador da identidade. Represión franquista e restauración da memoria democrática na Galiza”. Comunicación ao *VIII Congreso Internacional de Estudos Galegos*, Salvador da Bahía.
- VELASCO SOUTO, C. F. (2008): “Memória histórica, identidade nacional e discurso literário na Galiza”. Comunicación apresentada ao *IX Congreso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Funchal.
- VILAVEDRA, D. (1999): *Historia da literatura galega*, Galaxia, Vigo.
- VILLARES, R. (1997): *Figuras da Nación*. Vigo, Xerais.